

# Batalha Vencida

Contra as previsões pessimistas que apontavam para uma taxa inflacionária de mais de 35% este mês, a coleta de preços referente ao mês de agosto (16 de julho a 15 de agosto) indica estabilidade do ritmo inflacionário. Depois dos assustadores 24,83% de junho, que se seguiram aos 9,94% de maio e aos 7,31% de abril, o índice de preços ao consumidor (IPC) chegou a 28,76% no mês passado e deve ficar na faixa de 29% este mês.

Trata-se de uma significativa vitória da política de corpo a corpo do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para esvaziar as mais catastróficas expectativas inflacionárias. A hiperinflação não veio em agosto como se temia. Para os eternos pessimistas, a ocorrência de um índice superior a 30% foi transferida para setembro, conforme sinaliza o mercado futuro de BTN, que apostava ontem numa inflação de 34,4%. Espera-se que as expectativas mais uma vez se frustrem.

A verdade é que, além das conversas com as elites empresariais e os formadores de opinião no país (economistas, líderes políticos e jornalistas especializados em economia), o governo acionou corretamente os instrumentos de política econômica disponíveis para afastar os riscos da hiperinflação. A volta da indexação diária, através do BTN fiscal, e a manutenção de juros reais no *overnight* estancaram a fuga de recursos para o mercado do dólar paralelo e desarmaram os temores de monetização da dívida pública, atalho perigoso da hiperinflação.

Esta política produziu um custo para o Tesouro Nacional, que está arcando com juros reais de 3% para a dívida pública mobiliária, como reconheceu o ministro Mailson da Nóbrega. Mas não será um preço razoável para evitar a hiperinflação? Os empresários paulistas, que haviam trombeteado

com alarde os sinais de hiperinflação e criticavam ao mesmo tempo a escalada dos juros, agora admitem que a manutenção dos juros em termos reais é indispensável para evitar o mal maior. Para escorrçar o fantasma, já aceitam a eventualidade de uma desaceleração no ritmo dos negócios, ou até mesmo uma pequena recessão, como preferível aos males causados pela hiperinflação.

A existência de consenso na sociedade contra a hiperinflação é uma grande conquista. Ele permite que as autoridades governamentais e os agentes econômicos não se acomodem ao simples desaparecimento do problema no horizonte imediato. A estabilização da taxa de inflação é um patamar importante, pois transmite aos trabalhadores e empresários a sensação de que a corrida maluca dos preços diminuiu de ritmo.

Por que não aproveitar o momento para ousar mais na guerra à inflação? Por que não ampliar o corpo-a-corpo contra os abusos dos oligopólios, do comércio, dos colégios e tantos agentes econômicos que se aproveitam das distorções causadas pelo represamento de custos no congelamento do Plano Verão para adotarem reajustes absurdos na liberação dos preços? Por que não intensificar o combate à sonegação de impostos?

A deficiência do Estado no cumprimento das suas obrigações básicas a respeito dos serviços públicos não pode servir de pretexto para o protesto surdo da sonegação nem para o constrangimento moral do próprio governo na ação repressiva aos desvios econômicos. A sociedade ideal se faz no dia-a-dia pela compreensão mútua dos papéis desempenhados pelo cidadão-contribuinte e pelos governantes, que devem saber gerir o dinheiro público para melhorar o bem-estar da sociedade.